

**ABORDAGENS NÃO-REPRESENTACIONAIS: POR UMA GEOGRAFIA
REIMAGINADA**

**NON-REPRESENTATIONAL APROACHES: TOWARDS A
REIMAGINED GEOGRAPHY**

**ENFOQUES NO REPRESENTACIONALES: POR UNA GEOGRAFÍA
REIMAGINADA**

Bruna Iara Lorian Chagas¹ <https://orcid.org/0000-0001-9671-8364>

Almir Nabozny² <https://orcid.org/0000-0001-8723-9134>

RESUMO

Este artigo apresenta a Teoria Não-Representacional como uma possibilidade de (re)imaginação do pensamento geográfico. Por meio de uma revisão bibliográfica, evidencia como a teoria se delinea na Geografia. O texto destaca os fundamentos centrais da Teoria Não-Representacional, enfatizando o cotidiano, a efemeridade e a relação entre tangibilidade e intangibilidade. Inserida em uma busca por um alargamento teórico-prático das formas de compreender o mundo, a teoria se conecta com outras construções sociais do conhecimento, especialmente o pós-estruturalismo, buscando traduzir a complexidade dos eventos intangíveis que ultrapassam as limitações visuais e racionais das representações tradicionais no campo da Geografia. Diante disso, o trabalho apresenta a propedêutica da Teoria Não-Representacional, bem como potencialidades da abordagem, destacando como os autores vêm direcionando suas pesquisas para compreender acontecimentos aparentemente ordinários e banais, mas que possuem uma Geografia complexa. O destaque, portanto, reside na compreensão de que a Teoria Não-Representacional propõe uma forma de entender a prática geográfica, deslocando a centralidade da representação visual para explorar os demais sentidos, as afetações, as intencionalidades, e as potencialidades imanentes às relações permitindo a exploração de um leque metodológico amplo, viabilizando formas complexas de produção de sentido sobre a realidade.

Palavras-chave: Teoria Não-Representacional. Geografia Cultural. Efemeridade. Práticas Qualitativas. Complexidade.

ABSTRACT

This article presents Non-Representational Theory as a possibility for the (re)imagination of geographical thought. Through a bibliographic review, it highlights how the theory is delineated within Geography. The text emphasizes the core principles of Non-Representational Theory, focusing on everyday life, ephemerality, and the relationship between tangibility and intangibility.

¹ Mestre em Gestão do Território – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora (Grupo de Práticas de Pesquisas Qualitativas em Geografia - UEPG). E-mail: brunaiarachagas@gmail.com

² Doutor em Geografia – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Professor Adjunto (Departamento de Geociências/ Programa de Pós-Graduação em Geografia - UEPG). E-mail: almirnabozny@uepg.br

Embedded in a search for theoretical and practical expansion of the ways to understand the world, this theory connects with other social constructions of knowledge, particularly post-structuralism, aiming to translate the complexity of intangible events that transcend the visual and rational limitations of traditional representations in Geography. In this context, the study presents the fundamentals of Non-Representational Theory, as well as the potential of the approach, highlighting how researchers are directing their studies to comprehend seemingly ordinary and banal events, yet with complex Geography. Therefore, its focus lies in the understanding that Non-Representational Theory proposes a way of grasping geographical practice, shifting the centrality of visual representation to explore other senses, affections, intentionalities, and the inherent potentialities of relations, allowing for the exploration of a broad methodological range and enabling complex ways of producing meaning about reality.

Keywords: Non-Representational Theory. Cultural Geography. Ephemerality. Qualitative Practices. Complexity.

RESUMEN

Este artículo presenta la Teoría No-Representacional como una posibilidad de (re)imaginación del pensamiento geográfico. A través de una revisión bibliográfica, se evidencia cómo la teoría se delineó en la Geografía. El texto destaca los fundamentos centrales de la Teoría No-Representacional, enfatizando la cotidianidad, la efimeridad y la relación entre tangibilidad e intangibilidad. Inserta en una búsqueda de ampliación teórico-práctica de las formas de comprender el mundo, la teoría se conecta con otras construcciones sociales del conocimiento, especialmente el posestructuralismo, buscando traducir la complejidad de los eventos intangibles que superan las limitaciones visuales y racionales de las representaciones tradicionales en el campo de la Geografía. En ese sentido, el trabajo presenta la propedéutica de la Teoría No-Representacional, así como las potencialidades de este abordaje, destacando cómo los autores han dirigido sus investigaciones para comprender eventos aparentemente ordinarios y banales, pero que contienen una Geografía compleja. El enfoque, por lo tanto, radica en comprender que la Teoría No-Representacional propone una forma de entender la práctica geográfica, desplazando la centralidad de la representación visual para explorar otros sentidos, las afectaciones, las intencionalidades y las potencialidades inmanentes a las relaciones, permitiendo la exploración de un amplio campo metodológico y facilitando formas complejas de producir significado sobre la realidad.

Palabras clave: Teoría No-Representacional. Geografía Cultural. Efimeridad. Prácticas Cualitativas. Complejidad.

INTRODUÇÃO

Este texto propõe uma discussão baseada nas teorias não-representacionais como uma possibilidade de (re)imaginação geográfica. Para tanto, objetiva, mediante revisão bibliográfica, evidenciar como a Teoria Não-Representacional se delineia no campo da Geografia.

Especificando seus principais fundamentos como possibilidades que dão contornos a provocativas formas de “fazer geografia”, as reflexões permeiam os

principais significantes da Teoria Não-Representacional, destacando a vida cotidiana, as performances e as relações.

Considerando que a Teoria Não-Representacional se insere em uma lógica (re)imaginativa da geografia, reverberada da Geografia cultural, seu potencial interpretativo, destaca-se na interseção com outros campos do conhecimento. Na Geografia, verifica-se maior aproximação com teorias como as pós-estruturalistas, na busca por traduzir “a grandiosidade dos acontecimentos intangíveis”, extrapolando as duras linhas e contornos das grafias determinadas apenas pelo olhar.

Autores centrais à discussão “não-representacional” como Thrift (2008) e Anderson e Harrison (2010) afirmam já há algumas décadas — com ênfase na emergência da abordagem na década de 1990 — que os intangíveis aspectos daquilo que não se podia representar apenas por produções baseadas no sentido da visão inquietam e provocam imaginações e ensaios sobre Geografias concebidas, ao menos do ponto de vista de paradigma científico, como banais ou inadequadas frente a critérios objetivos de cientificidade.

Por definição, destaca-se que a alcunha “não-representacional” remete à contestação em relação à representação e às reverberações do emprego da palavra, no campo da ciência Geográfica, como sinônimo de “síntese imagética”. Logo, a Teoria Não-Representacional provoca a reimaginação do eixo teórico-prático, tocando diretamente no cerne de um conceito caro à Geografia sem buscar negá-lo, mas provocar seu alargamento e apontar potencialidades para a prática geográfica frente à necessária busca pela apreensão da realidade em suas múltiplas expressões.

A busca da Teoria Não-Representacional, que se insere na apreensão do extraordinário no ordinário, negando as reduções, as descrições e modelos descritivos gerais, demonstra a crucialidade da apreensão da realidade e dos acontecimentos sem reduções. Portanto, a tônica do trabalho é direcionada ao foco das teorias não-representacionais na vida cotidiana, nas práticas corporificadas e nas ações intencionais, de modo que a produção de sentidos a partir destas categorias é realizado por meio de um pensamento direcionado aos contextos, às práticas e às relações.

PARA POSICIONAR A TEORIA NÃO-REPRESENTACIONAL: POR QUE SE NEGARIA A REPRESENTAÇÃO?

Remetendo a um plano de pensamento guiado por ações relacionais, performativas e transformativas, esta seção propõe localizar a Teoria Não-Representacional como uma potente forma de elaboração e reimaginação do conhecimento geográfico. Conseqüentemente, pretende expandir a ideia de pesquisa qualitativa associada exclusivamente à exploração de fenômenos espaciais a serem interpretados em termos de intensidade, experiência, entre outros aspectos que remetem de forma unívoca às subjetividades humanas.

O debate que cerca a dimensão geográfica na compreensão da realidade e na produção de conhecimento específico, identificado como “o fazer geográfico”, não é recente. Da descrição baseada no exercício do olhar e dos traçados que demarcam a distância entre elementos do/no espaço, as reflexões geográficas se ampliaram o suficiente para considerar outros elementos e formas de apreensão da realidade para além daquelas dependentes da descrição da materialidade apreendida pelo olhar.

A Geografia em sua gênese é uma ciência de cunho visual, cuja própria definição etimológica remete à “descrição da Terra”. Assim, as representações produzidas ao longo da história da ciência geográfica são frutos de uma sistematização de como o conhecimento geográfico é compilado, produzido e descrito. Entretanto, as representações não necessariamente representam a realidade, mas sim um recorte intencional em uma pesquisa, afinal, a descrição extrapola a posição estabelecida entre a visão e o olhar, transbordando pelo ato da escrita.

A Geografia manteve historicamente a primazia do olhar, destacando esse sentido sobre os demais para a criação de sistemas explicativos. Autores como Cosgrove (2012) afirmam que a visão é o principal sentido humano desenvolvido no fazer científico da Geografia, sendo este responsável por moldar e construir o conhecimento geográfico, considerando que sua base é representacional e performativa.

No significado longo e, agora, em grande parte superado da Geografia como a prática de explorar, relatar e registrar a variada superfície da Terra — suas terras e mares, seus climas e ambientes —, o conhecimento testemunhal e a verificação da verdade da observação visual eram características cruciais da ciência geográfica. Por um período no século XIX, o envolvimento direto no trabalho de exploração e testemunho ocular de lugares “diferentes” tornou-se um requisito para a adesão à fraternidade geográfica e, mesmo quando o papel do geógrafo foi restrito a compilar, avaliar e sintetizar os relatos de outros, verificar a verdade dos relatos oculares foi uma tarefa geográfica central.

A apreensão da realidade pela visão concebe um referente traduzido por meio de representações explicativas que buscam expressar o que é determinada realidade experimentada/vivenciada a partir dos elementos que compõem as paisagens. Assim, a visão, compreendida no sentido de “ver ativamente”, acabou sendo considerada como iminente e inevitável na prática da geografia.

A palavra “representação” tem sido, por muitos anos, um ponto central de disputa nas narrativas da Geografia Cultural, tanto no Brasil quanto no mundo. Já na década de 1950, alguns pesquisadores estavam cientes de que não tinham acesso direto à realidade, mas sim a versões mediadas por representações (Claval, 2008).

Existem várias definições para a palavra “representação”, no entanto, o processo de representar não se limita apenas ao sentido literal, abrangendo também o simbólico. Este processo efetivamente torna algo ou alguém presente, mesmo quando em um estado fisicamente ausente. Essa dinâmica, por vezes, influencia a abordagem da Geografia Cultural, que pode ser caracterizada como “represento-cêntrica” (Seeman, 2015).

Massey (2008) é enfática ao afirmar que muitos dos discursos cristalizados na Geografia e na prática acadêmica de interpretação do espaço geográfico constituem centralidades de poder que determinam formas mais ou menos legítimas de pensamento e de concepção da realidade.

Anderson e Harrison (2010) consideram, em relação à representação, a existência de uma lacuna, ou de limitações no que tange à capacidade desta perspectiva em refletir sobre a realidade, justamente pela primazia do olhar. Essa observação não se configura como uma crítica ou ataque; pelo contrário, busca contrastar as limitações da representação em relação aos outros sentidos do corpo e suas complexas interações com o tempo e o espaço.

Cosgrove (2012) destaca ter sido tensa a interseção entre as teorias representacionais pautadas na representação pictórica e a não-representacional. No mesmo sentido, Anderson e Harrison (2010) afirmam que a ênfase no pós-estruturalismo manifestada pela Teoria Não-Representacional impactou a Geografia, despontando como uma resposta às limitações percebidas nas abordagens representacionais dominantes até o final do século XX.

Autores como Thrift foram fundamentais nesse desenvolvimento, propondo uma abordagem que não se limitava à interpretação de representações visuais ou simbólicas, mas que focava os processos, as práticas e as atividades cotidianas. Emergindo como uma abordagem que buscava explorar aspectos que extrapolassem aquilo que era capturado

pelo olhar, a aposta em buscar compreender fenômenos transitórios, efêmeros e intangíveis provocava formas de apreensão específicas, contestando a centralidade “representacional-visual” para apostar em uma Geografia que articula o cotidiano, as práticas, as subjetividades e as afetações na compreensão de acontecimentos (Thrift, 2008; Anderson & Harrison, 2010).

Anderson e Harrison (2010) destacam que sua emergência se refere a um problema intelectual específico relacionado à falta de meios para pensar sobre “tudo o que acontece” e a necessidade do estabelecimento de novas narrativas e atores que criassem abordagens teórico-metodológicas que dessem conta de apresentar narrativas geográficas não-representacionais.

Situada na produção de significações por meio das ações e relações, a Teoria Não-Representacional, através da potência do cotidiano, busca explicar-se em seus próprios processos e multiplicidades. Ela se distancia da utilização dessas categorias como meramente complementares a outras formas de compreensão dos fenômenos, como estruturas, ideologias e ordens simbólicas.

Anderson e Harrison (2010) são enfáticos ao afirmar que a Teoria Não-Representacional herda muitos entendimentos da Nova Geografia Cultural, especialmente no que se refere à consideração da importância da representação. E, embora o título “não-representacional” sugira uma negação da representação, o que a teoria propõe é um deslocamento da ênfase tradicional concreta, sustentada pelo sentido da visão, como o único meio de apreensão sobre a realidade.

Em vez de uma negação absoluta da representação, a Teoria Não-Representacional questiona os modos tradicionais de compreensão da realidade geográfica, propondo uma abertura teórico-prática que integra as dimensões do corpo, o movimento processual e contingente da realidade, bem como as lógicas de afetações e intencionalidades que atravessam as relações. Dessa forma, a Teoria Não-Representacional não rejeita a representação, mas problematiza a dependência exclusiva do olhar e da materialidade para a compreensão geográfica dos fenômenos (Anderson & Harrison, 2010).

Nogué e Romero (2006) afirmam que nas pesquisas em Geografia existem dimensões marginalizadas de discussões, tais como a invisibilidade, a intangibilidade e a efemeridade. As provocações inerentes aos argumentos dos autores destacam que o pensamento geográfico privilegia aspectos tangíveis e tempos duráveis dos elementos

visíveis em detrimento das nuances, das alianças incomuns, dos interesses de difícil compreensão.

Paralelamente, os autores alertam para a constatação de que estas separações imprimem e repercutem posturas cartesianas de divisões e privilégios na produção de conhecimentos geográficos, posição esta acompanhada por Paiva (2017). Para o autor, as posturas cartesianas e positivistas resultam no sequenciamento do trabalho acadêmico em que “[...] se formam as teorias como representações abstractas [sic], e que é possível depois recolher-se dados reais que nos permitem confirmar ou falsear as teorias” (Paiva, 2017, p. 161).

Para Lorimer (2005), as interpretações realizadas em relação à apreensão deste cotidiano por meio da Teoria Não-Representacional geralmente coloca em foco um acontecimento em um espaço-tempo estabelecido, estudado como um recorte de uma cena que aconteceu, um contexto, não em sentido de deslocamento ou afastamento dual de “objeto x pesquisador” ou “sujeito pesquisador x sujeito pesquisado”, mas considerando a complexidade e os atravessamentos de temporalidades e de espacialidades, evocando a coetaneidade inerente à realidade.

A argumentação sugere que, ao direcionar a atenção para essas formas de expressão, é possível transcender o paradigma acadêmico tradicional, que frequentemente busca revelar significados e valores supostamente ocultos, aguardando nossa interpretação, julgamento e representação final. Nesse contexto, os estudos baseados na Teorias Não-Representacional se concentram em compreender os processos da vida cotidiana, focando nos espaços, estruturas, práticas e identidades como elementos contextuais das relações que geram afetações no presente, as quais são produzidas ou intensificadas por acontecimentos comuns (Paiva, 2017).

Esta interpretação é complementada por McCormack (2010) em sua proposição de que o conhecimento não é inerte e passível de ser descoberto, destacando a prática como central para a elaboração de interpretações tomando como base o real em seus espaços, relações, materialidades, imaterialidades e temporalidades. Consoante o entendimento de Paiva (2017), esta reflexão emerge de um ímpeto iniciado inerente à prática de pesquisa, compreendendo que esta não se dissocia da prática política e que, em última instância, também não se separa da pessoa pesquisadora, em uma dimensão indissociável de “ser” no percurso de construção de conhecimentos.

Deste modo, uma das características centrais da Teoria Não-Representacional é o reconhecimento de que o espaço é constituído não apenas por elementos físicos e visíveis,

mas também por forças imateriais, como afetos, energias e emoções, expressões de poder e intencionalidades, ampliando as possibilidades de compreensão do social e do espacial.

Anderson e Harrison (2010) são enfáticos ao indicar a vida cotidiana como foco das teorias não-representacionais, bem como as práticas corporificadas e as ações intencionais, de modo que a produção de sentidos é realizada quando contextos particulares são experienciados. Para os autores, é na relação entre trajetórias particulares que “mundos” são habitados, vividos e apreendidos através de todos os sentidos do corpo, bem como por expectativas, intuições e intencionalidades, que potencializam a ação.

McFarlane (2011) argumenta que, de um ponto de vista não-representacional, a compreensão sobre o funcionamento das coisas no mundo é adquirida gradualmente, por meio do aprendizado de como essas coisas operam. O autor defende a apreensão das relações através dos sentidos, por meio de uma imersão tátil, em detrimento de uma abordagem exclusivamente cognitiva baseada apenas na visão. Esse enfoque aposta na complexidade espacial, considerando o entrelaçamento de processualidades espaciais e temporais mediadas pelo corpo.

Sem abdicar da perspectiva de que as relações e organizações espaciais são mutáveis e conectadas às performances e aos discursos, bem como sem descartar a influência fenomenológica, especialmente em relação às abordagens que tratam de subjetividades corporificadas e da emergência de mundos particulares, a Teoria Não-Representacional na Geografia apresenta alguns pressupostos centrais, como destacado nas obras de Thrift (2008), McCormack (2010) e Anderson e Harrison (2010): (i) a preocupação com o cotidiano e as práticas; (ii) o desejo de desenvolver novas formas de apreensão geográfica; (iii) uma abordagem interdisciplinar na produção de inteligibilidades sobre os fenômenos; (iv) a interação entre elementos materiais, imateriais, energéticos e emocionais; (v) uma abordagem relacional e associativa do social; (vi) a complexidade imanente no entrelaçamento de temporalidades e espacialidades; (vii) a contingência das relações e das organizações sociais e espaciais transitórias.

Dessa forma, a abordagem não-representacional implica o desenvolvimento de formas criativas de apreensão da realidade, suscitando respostas teórico-metodológicas concretas frente a problemáticas de investigação acadêmica que voltem sua atenção ao intangível, imensurável, impalpável, e mesmo ao incerto. Essas respostas dependem da consideração de interdependências e interseções com outros campos do conhecimento e com reimaginadas formas de conceber grafias que não dependam exclusivamente daquilo

que é apreendido pelo olhar. Trata-se, portanto, de partir do olhar e dos outros sentidos ao mesmo tempo, reconsiderando as formas pelas quais a realidade pode ser apreendida.

PARA FALAR DE TEORIA NÃO-REPRESENTACIONAL: DO QUE SE TRATA?

A Teoria Não-Representacional se insere em uma lógica (re)imaginativa da Geografia, cujo potencial interpretativo destaca-se na interseção com outros campos do conhecimento. Na Geografia, verifica-se maior aproximação com teorias como as pós-estruturalistas, na busca por traduzir “a grandiosidade dos acontecimentos intangíveis”, extrapolando as duras linhas e contornos das grafias determinadas apenas pelo olhar e pela racionalidade (as formas espaciais visíveis e passíveis de representação).

Anderson e Harrison (2010) argumentam que o despontar da Teoria Não-Representacional no campo da Geografia pode ser compreendida como uma resposta às limitações percebidas nas abordagens representacionais e no enfoque de representações imagéticas, considerando que estas últimas promoveriam uma organização apriorística do que é representado por meio de imagens e demais linguagens visuais, seja simbólica ou ontologicamente.

Um dos principais catalisadores para o desenvolvimento da Teoria Não-Representacional foi o desejo de deslocar o foco da Geografia tradicionalmente baseada em representações visuais e simbólicas em direção a uma compreensão relacional e processual das práticas espaciais, propondo alternativas para a apreensão de acontecimentos que não seriam passíveis de representação por vias representacionais meramente apoiadas em observações/produções de inteligibilidades baseadas no sentido da visão.

Dirksmeier e Helbrecht (2008) questionam os limites das abordagens representacionais, especialmente no que se refere ao uso da performance como objeto e método na pesquisa qualitativa. Os autores destacam o paradoxo inerente à performance — embora ela aconteça no presente e seja caracterizada por sua singularidade, toda tentativa de representá-la remete ao passado, reduzindo sua imediaticidade e fluidez.

Para Thrift (2008), as performances efêmeras criam efeitos e depois se desvanecem, deixando reverberações coevas, uma vez que remetem ao passado, projetam-se em direção ao futuro, mas de fato, se concretizam no acontecer do tempo presente. A especificidade do argumento de Thrift (2008) reside no entendimento da performance como um tensionamento de presença — ou seja, nas especificidades que

permitem a apreensão de coordenação tática que criam diferenciações em aspecto espacial, temporal ou simbólicos específicos.

Segundo Thrift (2008), as performances permeiam tempos estáveis, ainda que coevos, de modo que não se distinguiriam de outros tempos — o tempo do cotidiano ou da vida e da morte. Assim, as performances destacariam tempos (e espaços) entre outros tempos e espaços e uma relação de movimentos dentre movimentos.

Conforme Dirksmeier e Helbrecht (2008) as teorias não-representacionais ao destacar as práticas no tempo por meio das performances produzidas pelas especificidades das ações em um contexto desafia a primazia das representações, ao apreender a complexidade das relações e práticas cotidianas, integrando dimensões como a criatividade, o efêmero e o singular na produção de inteligibilidades, priorizando a experiência como parte inerente a apreensão da realidade.

Frequentemente destacadas por Anderson e Harrison (2010) como as teorias da “Geografia do que acontece”, as abordagens não-representacionais destacam acontecimentos do dia a dia, a rotina e o “banal”, sem deslocar ou fragmentar a microescala do acontecer cotidiano das demais escalas. Assim, “a riqueza do cotidiano”, ou melhor, a complexidade inerente à suposta banalidade daquilo que aconteceria paradoxalmente relacionado às lógicas e políticas de tempo e de espaços modernos é que dão a tônica desta forma de pensamento.

Thrift (2008), Anderson e Harrison (2010) concordam ao afirmar que as teorias não-representacionais se interessam pelos movimentos e pelas multiplicidades de ações e de interação que acontecem no cotidiano e nos eventos aparentemente banais. A interseção com outros campos do conhecimento e o seu estabelecimento na Geografia, especialmente pelos escritos de Gilles Deleuze, Bruno Latour e Nigel Thrift, introduziram abordagens de imbricação teórico-metodológica da/na prática, buscando ressignificar a “empíria” ao se afastar de expressões racionais, teóricas e generalizadas da realidade por meio de descrições gerais ou totalizantes.

Conforme exposto por Anderson e Harrison (2010), estes autores contribuíram para estabelecer abordagens centradas nas experiências, coadunando aspectos materiais e imateriais para a compreensão de práticas do dia a dia, abrindo portas à apreensão dos mais diversos temas efêmeros, fugazes e transitórios. Os autores destacam que esse movimento foi profundamente influenciado pela Geografia cultural desenvolvida na década de 1990, em especial no contexto britânico, cujo interesse latente permeia a busca de produzir formas particulares de compreensão do espaço e das relações sociais.

Complementarmente, os autores destacam que sob a influência (e impacto) das reflexões pós-estruturalistas e da necessidade de pensar o cotidiano e as práticas corporificadas na Geografia, a Teoria Não-Representacional não apresentaria uma “gênese”, mas teria sido motivada pela insatisfação com as formas de representação e de produção de conhecimento que negavam certos acontecimentos que permeavam o cotidiano — primeiro, pela banalização daquilo que é intangível; depois, pela limitação inerente às formas de produção de conhecimento em respeito a esta mesma intangibilidade (Anderson & Harrison, 2010).

Paiva (2017) argumenta que a Teoria Não-Representacional parte da performatividade e da aparente “banalidade” para apreender e produzir inteligibilidades sobre o que acontece, contemplando seus aspectos transformativos e contingentes na produção de sentidos sobre “[...] como os espaços, estruturas, práticas, identidades e relações sociais produzem experiências e afetações no dia a dia que potenciam ou são geradas pelos acontecimentos mundanos” (Paiva, 2017, p. 160).

McFarlane (2011), no seu texto voltado ao aprendizado como meio para apreensão do espaço urbano, articula exemplarmente a perspectiva da relacionalidade espacial e a Teoria Não-Representacional, argumentando no sentido de destacar o “extraordinário” no cotidiano. Para o autor, essa apreensão, realizada pelo aprendizado, é estabelecida por particularidades percebidas nas performances, nos atravessamentos que interrompem o cotidiano — ou mesmo que surpreendem e desestruturam o “conhecido” e o “normal”.

Partindo de uma abordagem que prioriza a apreensão por meio dos sentidos, McFarlane (2011) destaca que a compreensão do espaço por meio da Teoria Não-Representacional se refere a uma variedade de encontros através de múltiplos espaços-tempos. O autor considera desde os espaços formais de tomadas de decisão (salas de reunião, espaços de conferências e afins), espacialidades virtuais (redes sociais, fóruns, plataformas virtuais, websites) e encontros cotidianos (conversas durante um café, encontros, atividades grupais).

Neste caminho reflexivo, a proposta não-representacional possibilita uma interpretação que extrapola a linguagem, entendida como fluxo de comunicação e informações, e a integração, no sentido de encurtamento de distâncias. Essa abordagem aposta nas formas de ação e nas experiências comuns, que, embora carreguem particularidades, promovem enlaces indispensáveis para a apreensão de suas dinâmicas espaciais. A partir disso, é possível distinguir especificidades, identificando os modos como essas dinâmicas se articulam e se desdobram nos contextos vividos.

E não se trata apenas das relações entre seres-humanos. A Teoria Não-Representacional estabelece que as relações sociais imbricam em suas dinâmicas também as características contextuais históricas, políticas e das relações de poderes, bem como compreendem que sentimentos, intenções, energias, afetações e mesmo os substratos materiais não apenas compõem, mas significam as relações sociais, de modo que a estrutura material (chão, paredes, teto, mobílias, aparelhos e afins) compõe a apreensão das práticas do cotidiano como elementos “significantes”.

Para Thrift (2008), esta composição/imbricação de significantes materiais e imateriais representam entrelaçamentos cinestésicos pelo/no espaço. Na perspectiva do autor, estes entrelaçamentos não se limitam apenas à fisicalidade, mas também abarcam as dimensões imateriais das interações afetivas, sensoriais e simbólicas, que contribuem para a constituição do espaço e da experiência cotidiana por meio da relacionalidade entre o que é tangível e o que é intangível.

Anderson e Harrison (2010), afirmam que a Teoria Não-Representacional estabelece o cotidiano como dimensão de interação contínua entre o humano e o não-humano, na qual significações emergem a partir das práticas (significado no próprio viver), implicando em um entendimento alinhado a Massey (2008) em sua argumentação sobre o espaço como esfera de propensão e do devir, ao passo que a realidade é continuamente (re)composta/organizada/constituída no cotidiano, não como uma representação fixa, mas como um evento que se desdobra e reverbera processualmente.

No âmbito da Geografia, o estudo dessas interações abre espaço para explorar a multiplicidade das formas como o mundo é habitado. Thrift (2008) ressalta que um dos destaques do emprego da Teoria Não-Representacional é justamente a noção do espaço como algo processual, em permanente construção. Para o autor, são as práticas que permeiam e permitem a apreensão de tempos estáveis, ainda que coevos, de modo que não se distinguem de outros tempos — o tempo do cotidiano ou da vida e da morte. Assim, as ações destacariam tempos (e adiciono as reflexões do autor também o espaço) entre outros tempos e espaços em uma relação de movimentos dentre movimentos.

Para McCormack (2010), a ênfase nos eventos da microescala e os acontecimentos ordinários que muitas vezes são desconsiderados por outras abordagens teóricas são priorizados pela Teoria Não-Representacional, retirando o cotidiano de seu lugar de “pano de fundo” e lhe conferindo destaque como campo de propensão e potencialidades que convidaria os pesquisadores a apreender como as relações emergem “entremeadas” as temporalidades e espacialidades coevas.

O entendimento de Thrift (2008) é que os ritmos complexos do cotidiano reverberam em geografias específicas, delineadas pelas práticas e pelos seus modos de ordenação. As performances efêmeras, por sua vez, são marcadas por sua capacidade de gerar efeitos e desaparecer, deixando rastros e reverberações que dialogam com o passado e projetam possibilidades futuras. No entanto, elas se concretizam no ato presente, enfatizando uma compreensão da experiência como um processo ativo e intencional de ser/estar no mundo. Essa perspectiva provoca desdobramentos significativos nas formas de apreensão geográficas ao compreender a experiência como processo ativo e intencional de relação com/no mundo.

Acerca da coetaneidade, Massey (2008) e Fabian (2013) consideram que o tempo, assim como o espaço, são produtos de inter-relações estabelecidas no mesmo tempo, o tempo coevo. Neste entendimento, o fato é inevitavelmente passado em relação à reflexividade (bem como aos registros e interpretações), mas não se descola do presente, de modo que as interpretações elaboradas não se referem à captura ou descrição de uma lembrança estática, mas às suas imbricações com o presente e suas possíveis reverberações no futuro (esfera da propensão e do vir a ser) (Fabian, 2013; Massey, 2008).

Logo, é posto em ação, por meio da Teoria Não-Representacional, uma perspectiva complexa do cotidiano, no banal e do vivido. Trata-se, em última instância, de uma abordagem que se relaciona com o conjunto de significantes que compõem a realidade, mediando a apreensão do que acontece pela busca de compreender as (co)implicações e constituições que compõem a realidade do que se propõe a ser compreendido.

POR UM FAZER NÃO-REPRESENTACIONAL: COMO REIMAGINAR A PRÁTICA?

Desenvolvendo uma abordagem centrada no cotidiano e nas práticas, a Teoria Não-Representacional sublinha, no decorrer do seu percurso, conforme exposto em Anderson e Harrison (2010), a busca por reimaginar a prática na Geografia. Não se trata do rompimento ou negação do conhecimento ora estabelecido na ciência geográfica, mas de um alargamento de campo, avançando sobre aquilo que não pode ser apreendido por meio da mera observação visual. Deste modo, a Teoria Não-Representacional propõe uma Geografia que opera por meio de um entendimento complexo, cuja abordagem exige uma imbricação teórico-metodológica.

Paiva (2017) defende uma noção alargada do “trabalho de campo” no âmbito da Teoria Não-Representacional, ressaltando a necessidade de reavaliar a concepção do trabalho de campo, um dos pilares essenciais à prática da ciência geográfica. McCormack (2010) reforça essa perspectiva ao afirmar que a lógica relacional não é elaborada por meio de exercícios posteriores de retrospectiva ou contemplação em relação a um acontecimento.

Essa concepção a posteriori, para McCormack (2010), corrobora a noção de “objeto observado” e “produção de conhecimento sobre o objeto”, ao passo que traça linhas entre o passado observado e a apreensão no presente estático. Na contramão, o foco da Teoria Não-Representacional destaca abordagens e produções de significado e significações elaboradas nos processos, relações, interações e acontecimentos.

A reavaliação do “trabalho de campo” por meio da Teoria Não-Representacional traduz-se pela necessidade de superar a divisão das práticas de pesquisas por períodos de exploração teórica, coleta de dados e posterior análise. Isso implica conceber a prática de pesquisa como dimensão de (re)invenção contínua. Afasta-se, portanto, de um enrijecimento da prática guiada por planos de trabalho ou projetos de pesquisa rígidos, ou que oferecem um plano sistemático e rigoroso de interpretação da realidade (como se essa fosse previamente dada e cujas respostas fossem inferíveis em resposta a um plano teórico-metodológico estabelecido *a priori*), bem como afasta-se da perspectiva de um fazer que por ser, de certa forma, anárquico, seria menos preciso ou sistemático no que se refere à proposta de apreensão da realidade.

Um dos desafios que a Teoria Não-Representacional enfrenta é justamente a devida tradução teórico-metodológica daquilo que é apreendido em relação, na prática de pesquisa. A busca por remediar a disjunção entre produção de conhecimento e a transmissão dos saberes exige a ressignificação de metodologias que permitam a imersão no trabalho de campo. A utilização de entrevistas abertas, a observação participante, o acompanhamento de eventos ordinários, as caminhadas, as experiências sensoriais, a produção de materiais audiovisuais, a interação com as artes e com a música são alguns exemplos de como a prática pode ser repensada em favor de uma prática de pesquisa reimaginada.

Se em um primeiro momento a abordagem não-representacional parece paradoxal ao almejar a produção de conhecimentos e experiências priorizando a prática — o que poderia remeter a uma funcionalização das ações humanas —, este aspecto é equilibrado e contrabalanceado pelo seu caráter transgressor em relação à mera funcionalização.

Ademais, o foco nas práticas poderia deslocar ou destituir a subjetividade e a corporeidade se a abordagem não-representacional direcionasse a elaboração de exercícios descritivos sintetizadores.

A resposta a essas nuances (supostamente) paradoxais, embora fique explícita nos escritos de Thrift (2010) e Anderson e Harrison (2010), é bastante elaborada em obras correlatas que influenciaram e/ou reverberaram estes textos. Pelo seu potencial reimaginativo, a Teoria Não-Representacional é múltipla para reconstruir e subverter seus próprios eixos, que poderiam ser compreendidos enquanto vulneráveis, uma vez que esta perspectiva acolhe uma miríade de interpretações possíveis, priorizando não apenas a interdisciplinaridade, mas dialogando com outras correntes da ciência geográfica que também se debruçam sobre a compreensão crítica, plural e corporificada das dinâmicas espaciais.

Logo, a Teoria Não-Representacional propõe abordagens engajadas na vida e no seu desenrolar cotidiano, articulando criativamente aspectos opostos ou que, via de regra, seriam analisados por si só. Thrift (2008) exemplifica argumentando sobre a associação dos estudos entre “sociedade” e a “natureza”, demonstrando que ambas estão não apenas coimplicadas, mas associadas enquanto organismos vivos que compõem a complexidade da vida na terra.

Bennet (2010) desenvolve uma argumentação aproximada à Teoria Não-Representacional de forma bastante interessante, valendo-se do princípio da “matéria vibrante” que enlaça corpos, energias, estados físicos da matéria, emoções e propensões em uma lógica de coimplicação na qual tudo, desde o que ocorre em âmbito celular, teria o potencial de afetar a realidade.

Hinchliffe (2010) aborda a construção de jardins coletivos como forma de organização social partindo de um ponto de vista que contempla o processo de plantação do jardim — desde as suas necessidades objetivas em relação às sementes, plantio, irrigação, manutenção até a forma com que isso não apenas se relaciona, mas compõe taticamente as práticas de uma organização da sociedade civil.

McFarlane (2011) aposta na organização de princípios opostos para demonstrar, com apoio na Teoria Não-Representacional, o acontecimento de *assemblages* — ou, como definido por ele, organizações espaciais provisórias — pelas quais grupos de pessoas e instituições trabalham juntas em regimes de cooperações contingentes e transitórios para atingirem determinadas finalidades. A faceta não-representacional se

destaca quando emoções, inspirações e elementos incomuns são adicionados a estes arranjos provisórios, cujos resultados são inesperados.

Adicionar o cotidiano, as afetações e intencionalidades a fenômenos de ordem prática é o diferencial desta abordagem, ao passo que cada um destes elementos adiciona outros igualmente complexos como as lógicas de poder, a imprevisibilidade dos eventos do dia a dia, as condições de existência de cada integrante que comporia os estudos — inclusive em relação às estruturas hegemônicas e às normas sociais estabelecidas como *status quo*.

Ademais, questões como a espacialidade virtual, a relação entre humanos e máquinas e os efeitos e transformações reverberados da modernidade também figuram dentre os estudos não-representacionais, especialmente pelo avanço (e invasão) destes no cotidiano de forma progressiva e massiva, amalgamando corpos biológicos aos dispositivos eletrônicos ou mecânicos, como abordado por Thrift (2008) em suas reflexões sobre hibridismo entre humanos e máquinas pelo simples ato de dirigir; ou como abordado por Nicholls (2007), em respeito à presença de dispositivos eletrônicos e da internet no cotidiano, imbricando virtualidade e o espaço materialmente constituído por meio da relacionalidade e da ubiquidade do “ciber” nos eventos do cotidiano.

No próprio livro de Anderson e Harrison (2010) os capítulos expõem múltiplas formas de empregar a Teoria Não-Representacional de diversas maneiras e dialogando com autores de variadas perspectivas teóricas na Geografia, demonstrando a potencialidade desta abordagem em permear uma miríade de temas de pesquisa com nuances e interseções diversas com a fenomenologia, com a Geografia cultural, com as abordagens críticas e subversivas e mesmo empregando abordagens ligadas à complexidade.

O que articula toda essa multiplicidade em termos de possibilidades de pesquisas é a perspectiva de que cada acontecimento deve ser apreendido autonomamente, em respeito às suas próprias potencialidades e significantes, delineando-se dinâmica e processualmente. Uma abordagem não-representacional, portanto, conforme o estabelecido, possui direcionamentos abertos em relação àquilo que pode ser descoberto no cotidiano e nas práticas.

A emergência da Teoria Não-Representacional como possibilidade da apreensão da riqueza do “não visto”, apesar de enfrentar obstáculos teórico-metodológicos (e mesmo representacionais), vem buscando transpor obstáculos da produção científica por meio da proposta de desenvolver novas formas de apreensão geográfica, em especial às

limitações por vezes encontradas na transposição escrita de fenômenos complexos. Exemplo emblemático a ser citado é a obra de Azadah (2018) publicado na revista “Studies in Social Justice” que se trata de documento de uma única página contendo a descrição geral do trabalho e um link da plataforma “YouTube” que direciona para uma montagem em vídeo que apresenta uma pesquisa visual e sonora relativa à organização de movimentos sociais no mundo.

Ademais, a ênfase nesta forma de produção de conhecimento se refere à sua abordagem interdisciplinar na produção de inteligibilidades sobre os fenômenos, não como suporte a uma explicação previamente sugerida no âmbito de um campo do conhecimento. O diálogo interdisciplinar na proposta não-representacional é imanente.

A afirmação de que o fazer não-representacional demanda da relação entre significantes materiais, imateriais, energéticos e emocionais, também implica a compreensão de que o “sujeito pesquisador” também está coimplicado na realidade “pesquisada”. Aniquila-se a cisão entre o “cientista” e o “objeto observado”, considerando que a reflexividade é composta também pelas energias, intencionalidades, intuições, emoções e impressões daquele que apreende o que se busca compreender.

Por fim, compreender o fazer não-representacional como uma prática reimaginada na Geografia demanda apreender não apenas a complexidade imanente no entrelaçamento de temporalidades e espacialidades (coevas), mas também o entrelaçamento do eixo “ser-fazer-estar” no mundo, e por ele compreender a realidade em suas multiplicidades, devires e movimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das situações sobre quais a ciência não pensa (para remeter a Heidegger), a Teoria Não-Representacional desponta como uma abordagem que confronta a dificuldade e mesmo o desinteresse em relação à apreensão de acontecimentos cotidianos. Voltando o olhar para categorias que estariam “fora da ciência” em respeito à sua suposta banalidade, a Teoria Não-Representacional tensiona os limites da ciência geográfica, principalmente aqueles relativos à representação.

Diante do exposto, considera-se que a Teoria Não-Representacional oferece uma potente forma de reimaginação do conhecimento geográfico ao propor uma abordagem que transcende as limitações ligadas à representação estrita ao olhar para explorar outras formas de “descrever a Terra”. Ao deslocar o foco da representação para as experiências

cotidianas, a Teoria Não-Representacional destaca a importância dos sentidos, dos afetos e das relações entre as pessoas e o ambiente.

Esta perspectiva faz com que haja uma reorientação da prática de pesquisa. Ao mesmo tempo que significantes tangíveis e intangíveis são considerados para a realização de interpretação sob a perspectiva não representacional, o trabalho de campo também é reconduzido, destacando a indissociabilidade entre o pesquisador, a prática de pesquisa e o conhecimento produzido.

Devido à sua interdisciplinaridade, a Teoria Não-Representacional permite que a Geografia explore um leque metodológico amplo, viabilizando formas complexas de produzir sentido acerca da realidade experimentada. Trata-se de pensar o até então impensável. Constitui, portanto, uma proposta teórico-prática de produção de inteligibilidades, investigando o cotidiano, suas relações e processualidades em um esforço complexo, mediado pelo corpo e pelos sentidos.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul. **Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography**. Abingdon, Inglaterra: Routledge, 2010. 393 p.

AZADAH, Kushan. Global Movement Assemblages: A Post-2011 Social Movements Montage. **Studies in Social Science**, v. 12, p. 19, 2018. Disponível em: <<https://journals.library.brocku.ca/index.php/SSJ/article/view/1824>>. Acesso em: 01 out. 2024.

BENNET, Jane. **Vibrant Matter: A Political Ecology of Things**. Durham: Duke University Press, 2010. 176 p.

CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, Abordagem(ns) Cultural(is) na geografia Humana? *In*: SERPA, Angelo (org.). **Espaços Culturais vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, p. 13-30, 2008.

COSGROVE, Denis. **Geography & vision: seeing, imagining and representing the world**. New York: I. B. Tauris & Co. Ltd, 2012. 272 p.

DIRKSMEIER, Peter. HELBRECHT, Ilse. Time, Non-representational Theory and the "Performative Turn"—Towards a New Methodology in Qualitative Social Research. **Forum: Qualitative Social Research**, n. 2, v. 9, p. 1-15, 2008. Disponível: <<https://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/385/840>>. Acesso em 15 jan. 2025.

HINCHLIFFE, Steve. Working with Multiples: a non-Representational approach to environmental issues. *In*: ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul. **Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography**. Inglaterra: Ashgate Publishing Limited, p. 304-320, 2010.

LORIMER, Hayden. Cultural geography: the busyness of being ‘more-than-representational’. **Progress in Human Geography**, v. 9, p. 83-94, 2005. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/0309132505ph531pr>>. Acesso em 02 out. 2024.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MCCORMACK, Derek. **Thinking in Transition**: The Affirmative Refrain of experience/experiment. *In*: ANDERSON, Ben; HARRISON, Paul (orgs). *Taking-Place: Non-Representational Theories and Geography*. Inglaterra: Routledge, 2010. p. 201- 220.

MCFARLANE, Colin. **Learning the city**: Knowledge and Translocal Assemblage. Oxford: Blackwell Publishing, 2011. 218 p.

NICHOLLS, Walter. The geographies of social movements. **Geography Compass** n.1, v.3, p. 607–622, 2007.

NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan. Otras geografías, otros tiempos, nuevas y viejas preguntas, viejas y nuevas respuestas. *In*: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan. (direc). **Las Otras Geografías**. Valencia: Tirant La Blanch, 2006, p. 15-49.

PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na Geografia II: métodos para uma Geografia do que acontece. **Revista Finisterra**. Portugal, v. 53, n. 107, p. 159-168, 2017. Disponível em:<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S043050272017000300009>. Acesso em: 31 maio 2022.

SEEMANN, Jörn. O fim das representações na geografia cultural? *In*: Romancini, Sonia Regina; Rossetto, Onélia Carmem.; Nora, Giseli Dalla. (Org.). **As representações culturais no espaço**: perspectivas contemporâneas na geografia. Porto Alegre: Imprensa Livre, pp. 37-57, 2015.

THRIFT, Nigel. **Non-representational Theory**: space, politics, affect. Oxon: Routledge, 2008. 321 p.

Artigo recebido em: 06 de outubro de 2024.

Artigo aceito em: 14 de fevereiro de 2025.

Artigo publicado em: 08 de março de 2025.